

REFLEXÕES SOBRE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA A PARTIR DE ANÁLISE DO PROGRAMA CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO*

REFLEXIONS AROUND PUBLIC SECURITY ADMINISTRATION THROUGH THE ANALYSIS OF THE CONTROL OF HOMICIDES PROGRAMME *FICA VIVO*

Maria Ângela Figueiredo Braga¹
Laanne Versiani Domingues²

Resumo

Reflexões sobre gestão em segurança pública apontam para a superação dos modelos tradicionais, pautados em ações desarticuladas e fragmentadas, com vistas à formulação de novos modelos de gestão, nos quais o Estado, juntamente com a comunidade e a sociedade civil organizada, busca a contenção da criminalidade violenta pela adoção articulada de medidas repressivas e preventivas. Sendo assim, o presente trabalho objetiva refletir sobre os novos modelos de gestão em segurança pública, tendo por referência análise do Programa Controle de Homicídios Fica Vivo, uma política pública adotada pelo Estado de Minas Gerais. Para tanto, empregou-se a pesquisa analítico-descritiva a partir de um estudo sistemático da teoria contemporânea, bem como de análise de registros obtidos junto aos Núcleos de Referência do programa que remontam a história de sua implantação e seu atual funcionamento, em especial na região do Grande Santos Reis, em Montes Claros (MG), local utilizado para a realização de um estudo de caso.

Palavras-chave: Segurança; Fica Vivo; Gestão; Redes.

Abstract

The reflections about public safety management point out for the over come of traditional models, mesured in desarticulated and fragmented actions, aiming at the formulation of new management models, that the State in union with the community and the organized civil society, look for the containment of the violent criminality through the articulated adoption of preventive and repressive measures. At this way, the present work aims to reflect the new models of public safety manegement, having as its reference the Stay Alive Control of Murders Program's analysis a public policy adopted by the State of Minas Gerais. Because of this, an analytical descriptive research was made from a sistematic study about the contemporary theory, and the analysis of registration gotten from the Program References' Nucleus that dates back its implatation's history and its present operation, on special at the region of the Grande Santos Reis, in Montes Claros (MG), where a study os case was carried out.

Key-words: Public safety; Stay Alive; Program; Manegement Nets.

¹ Professora/Pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (Montes Claros, MG/Brasil). Doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Email: shakti@uai.com.br.

² Graduada do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (Montes Claros, MG/Brasil); Graduada em Comunicação/Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa.

1. Introdução

A segurança pública pressupõe a idéia de dignidade, está intimamente ligada à qualidade de vida dos cidadãos e é, sem dúvida, um dos principais problemas nacionais que, adequadamente, precisa ser enfrentado. A esse respeito, observa-se que, antes de ser uma questão de governo, a segurança é um compromisso estatal, um dever constitucionalmente assumido pelo próprio Estado. Entretanto, os elevados índices de criminalidade revelam a ineficiência do Poder Público no cumprimento de uma de suas funções básicas – a manutenção da ordem social.

Nesse contexto, o envolvimento de jovens com a criminalidade tem se dimensionado, o que chama a atenção de estudiosos e de toda a sociedade no que se refere à superação de suas possíveis causas e efeitos. O presente trabalho objetiva, pois, estudar o fenômeno sob o enfoque das alternativas que, intervindo diretamente na realidade dos jovens, possam retirá-los do ambiente das ruas, elevando sua auto-estima e demonstrando-lhes a viabilidade de mudanças concretas. Tais alternativas se aplicam tanto aos adolescentes e jovens que de fato estão na senda do crime, quanto àqueles que, embora ainda não envolvidos com a criminalidade, encontram-se na iminência de tal.

Aqui, ressalta-se a importância das políticas públicas de prevenção, dentre as quais se destaca o Programa Controle de Homicídios Fica Vivo, uma metodologia de trabalho organizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG). Em Montes Claros (MG), o Fica Vivo resulta de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a Secretaria Municipal de Segurança e Direitos do Cidadão. Suas atividades contam com a participação de cerca de 550 jovens, todos residentes na região do Grande Santos Reis, área marcada por altas taxas de homicídios tentados e consumados.

Dessa forma, se desperta a necessidade de que as diretrizes e idéias básicas do programa Fica Vivo sejam melhor estudadas, sobretudo, tendo em vista a importância do mesmo na superação dos modelos tradicionais de gestão em segurança pública. Uma iniciativa desta magnitude exige um processo de avaliação de sua efetividade. Assim posto, este trabalho pode servir não apenas de subsídio para outras pesquisas, mas também, e principalmente, para que a sociedade em geral possa tomar consciência da complexidade do fenômeno criminal.

Nesse sentido, faz-se, pois, relevante o estudo das vias que conduzem a modelos eficazes de gestão em segurança pública. Para isso, não se pode perder de vista que a contenção do fenômeno criminal não reside, apenas, na repressão e julgamento dos atos ilícitos praticados. Na tentativa de se manter a ordem, é mais viável prevenir que somente reprimir.

2. Políticas de segurança pública: da ineficiência a uma nova metodologia de gestão

A ação estatal no campo das políticas de segurança pública realiza-se em resposta ao que prescreve o caput do artigo 144 da Constituição Federal: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, a análise do fenômeno da criminalidade requer a consideração dos mecanismos e instrumentos empregados pelo Estado no combate à violência e conseqüente obtenção da segurança pública. Em tal abordagem, não se pode deixar de mencionar as estratégias de repressão e prevenção. As primeiras incidem sobre os efeitos da criminalidade violenta que, de modo geral, são contidos mediante a intervenção qualificada das forças policiais e o funcionamento do sistema de justiça criminal. Assim, ao coibir a violência e aplicar a lei, as instituições policiais e judiciárias, respectivamente, objetivam a manutenção da ordem pública, viabilizando ao cidadão a tranquilidade necessária ao exercício de seus próprios direitos.

Entretanto, observa-se que as discussões em torno dos mecanismos de manutenção da ordem pública recaem sobre o próprio campo de funcionalidade do sistema de justiça criminal, marcado pela falta de articulação das organizações que o compõe. Essa consideração aponta para a descontinuidade entre o trabalho policial, do Ministério Público e dos próprios magistrados. Há pouca cooperação entre os mesmos, o planejamento é realizado separadamente e a disparidade de estrutura física e recursos humanos aumenta o caráter não articulado de suas ações (BEATO, 2005). Assim, tais instituições pouco conseguem alcançar seus objetivos, o que alimenta o sentimento de impunidade entre a população. Nas regiões identificadas pela elevada incidência criminal, esse sentimento reforça o temor de seus habitantes em colaborar com o trabalho da polícia.

Assim, diante da complexidade com a qual se reveste o fenômeno da violência, infere-se que a implementação isolada de medidas repressivas torna-se insuficiente para, se não eliminar, ao menos amenizar o problema. Nesse ponto, destaca-se a importância do trabalho preventivo, pois, no tocante à criminalidade, “não basta atacar os seus efeitos, é preciso ir além, identificando e eliminando os fatores propulsores de tal fenômeno” (LIMA, 2003, p. 35).

Esse entendimento revela a não eficiência dos modelos tradicionais de segurança pública, pautados na execução de ações repressivas isoladas e desarticuladas, indicando, em contrapartida, uma nova metodologia de gestão, pela qual ações repressivas são implementadas articuladamente com iniciativas de prevenção e de suporte social em áreas caracterizadas por altos índices de criminalidade violenta. Tal metodologia encontra-se materializada nas ações desenvolvidas pelo Programa Controle de Homicídios Fica Vivo, o qual propõe a redução dos índices de homicídios pela intervenção na natureza multifacetada da violência criminal, tendo esta origem na ação recíproca de fatores biológicos, sociais, culturais, econômicos e políticos (CRISP/UFMG, 2002).

3. Criminalidade violenta nos grandes centros urbanos: compreender para traçar estratégias

O crescimento da criminalidade violenta nos grandes centros urbanos chama a atenção para o estudo dos modelos conceituais capazes de oferecer uma compreensão satisfatória do fenômeno em estudo. Nesse quadro, insere-se o modelo ecológico de geração do crime, no qual repousa um dos referenciais teóricos do Programa Fica Vivo. Sendo assim, o referido modelo, focalizando-se nas características específicas da comunidade-alvo, agrupa em quatro níveis os fatores que interconectados culminam na implosão da violência criminal, a saber: 1) fatores pessoais – sexo, idade, renda, saúde, incluindo distúrbios psicológicos e de personalidade, consumo de drogas; 2) relações de parentesco, amizade, parceria íntima e camaradagem; 3) contextos comunitários das relações sociais, incluindo mobilidade residencial, densidade populacional, níveis de desemprego e comércio local de drogas; 4) fatores gerais da comunidade que dificultam ou estimulam a violência, como disponibilidade de armas e normas sociais e culturais.

Sob esse enfoque, nota-se que o crime, por vezes, encontra-se associado a outras formas de desvantagens sociais, de tal modo que as ações de segurança pública não podem voltar-se exclusivamente à repressão delitiva, mas devem também dedicar-se a medidas que assegurem à população local acesso equânime a serviços e oportunidades, com vistas à maior redistribuição de renda e conseqüente alteração dos determinantes sociais, culturais e econômicos que contribuem para a violência. Esse entendimento demonstra, portanto, que o eficaz combate à criminalidade nos grandes centros urbanos passa pela formulação e execução de medidas alicerçadas no conhecimento dos fatores que influenciam a violência na região onde serão implementadas.

Nesse processo, não se pode negar a necessidade de se construir uma nova relação entre forças policiais e comunidade local, pela qual a polícia, enquanto instituição estatal, torna-se capaz de um controle democrático da criminalidade a partir da retomada legítima do monopólio do poder. Para tanto, faz-se preciso superar a estratégia usual de policiamento reativa, esporádica e frequentemente violenta, aliada à ações de corrupção, com forte apoio de alguns policiais aos líderes do tráfico. Tal estratégia estimula a desconfiança da comunidade local, que ao invés de facilitar acaba por dificultar as práticas policiais. Assim, infere-se que o combate eficaz da violência requer a adoção de uma nova filosofia de ação policial nas comunidades de risco, de modo a fortalecer os laços de cooperação entre polícia e população local, segundo o entendimento de que aquela serve a esta e a ela deve prestar contas de seus atos. A comunidade deve, portanto, ser aliada e não inibidora do combate estatal ao crime.

4. Programa de prevenção Fica Vivo: uma alternativa proposta

Diante do exposto, o Programa Controle de Homicídios Fica Vivo afirma-se como política pública de prevenção pautada em uma nova metodologia de gestão em segurança pública. Essa metodologia foi desenvolvida pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG) em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e alguns órgãos gestores do Município de Belo Horizonte (MG), incluindo a contribuição imprescindível das lideranças comunitárias da região onde inicialmente foi implantado.

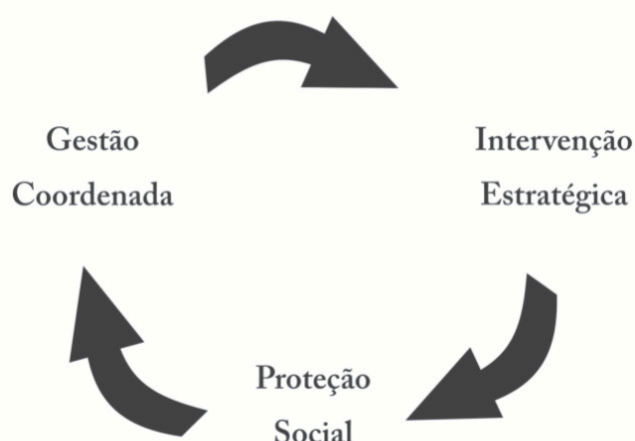
Assim, a experiência piloto do Fica Vivo ocorreu no segundo semestre do ano de 2002, no Aglomerado Morro das Pedras, região metropolitana de Belo Horizonte (MG), área

identificada como uma das mais violentas da cidade. O resultado alcançado pelo programa, com redução de cerca de 25% dos homicídios na área implantada em relação ao mesmo período do ano de 2001, estimulou sua institucionalização pelo governo de Minas Gerais, o qual, através da supervisão da Secretaria Estadual de Defesa Social, expandiu o Fica Vivo para outras áreas da região metropolitana de Belo Horizonte, assim como para os principais centros do interior mineiro (SILVEIRA; SILVA; BEATO, 2006). Com a institucionalização, o CRISP foi elevado à condição de executor das atividades de pesquisa, assessoria, consultoria e avaliação do programa (CRISP/UFMG, 2003).

Com isso, as diretrizes do programa refletem a consideração de que “é possível pensarmos em uma redução não de todos os tipos de crimes, mas, por exemplo, em uma redução nas taxas de roubo de veículo à mão armada, ou de assaltos a caminhão de carga” (BEATO, 2006, p. 04). Essa perspectiva defendida pelo sociólogo Cláudio Beato informa o objetivo geral do Fica Vivo: reduzir os índices de homicídios tentados e consumados, em áreas específicas, marcadas pela elevada incidência dos mesmos. Para tanto, o programa busca a implementação de intervenções que levem em conta as características das comunidades e os fatores geradores de crimes, por meio da articulação interinstitucional dos órgãos de segurança pública e outros órgãos públicos (CRISP/UFMG, 2003).

Nesse sentido, o Fica Vivo organiza-se em três eixos: 1- intervenção estratégica; 2- proteção social e 3- gestão coordenada, que se integram segundo o esquema a seguir:

Esquema 1



Fonte: Elaboração Própria

5. Intervenção Estratégica

Dentro do eixo de intervenção estratégica, as atividades partem da associação entre o elevado número de homicídios e a ação do tráfico de drogas, o que conduz à necessidade de incrementar os custos desse crime, tornando-o não lucrativo. A esse respeito, Alba Zaluar (2005) esclarece que:

As atividades econômicas ilegais, que não são poucas, por não terem controles institucionais, tendem a ser muito lucrativas para certos personagens estrategicamente posicionados em suas redes de contatos que atravessam fronteiras entre os estados brasileiros e as nações do mundo. Ora, com tanto lucro, ficou fácil corromper policiais, comprar apoio político, conseguir receptadores, encontrar alvejantes de dinheiro imundo e arregimentar jovens para morrer nas guerras recorrentes em que disputas são resolvidas à bala (ZALUAR, 2005, p. 21).

Dessa forma, a intervenção no mercado de drogas se faz pela articulação e cooperação entre os órgãos do sistema de justiça criminal, com a formação de um grupo de ações estratégicas, composto por representantes das polícias Civil, Militar, Federal, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Poder Judiciário. O grupo se reúne frequentemente para discutir e trocar informações, traçando um planejamento de intervenção através da identificação dos principais envolvidos com homicídios. O objetivo é focalizar as ações nas pessoas que fomentam a violência local.

Com isso, são intensificadas as investigações, assim como operações de revista para busca e apreensão de armas; recorre-se com mais freqüência ao uso de policiamento velado e as áreas-alvo são ocupadas por tempo indeterminado a cada novo homicídio. Enquanto o Judiciário e o Ministério público articulam-se internamente para que mandados de prisão e de busca e apreensão sejam expedidos com maior rapidez, as Polícias Militar, Civil e Federal organizam operações para cumprir os mandados expedidos (FERNANDES, 2005). Como se tratam de instituições marcadas pela burocracia e formalismo, a proposta de intervenção estratégica procura substituir a morosidade característica pela agilidade necessária. Exemplo disso é a classificação de processos pendentes na Justiça, conforme a “periculosidade” dos réus. Nesse campo de ações, articulação e comunicação são as palavras de ordem.

Ainda no que toca à intervenção estratégica, nota-se que uma das diretrizes é a retomada do controle local pelas instituições policiais, o que requer operações com grande volume de agentes, como forma de exercício simbólico de autoridade e força. Entretanto, ações como estas, embora produzam resultados muito rápidos, não se sustentam por longo tempo. Nesse ponto, insere-se a contribuição salutar das iniciativas de desenvolvimento social e mobilização comunitária.

6. Proteção Social

O eixo de proteção social fundamenta-se na idéia de que o controle contínuo da violência exige medidas de curto, médio e longo prazo. As de curto inserem-se no campo da ação estratégica, e as de médio e longo só são alcançadas com iniciativas de suporte social. Essas iniciativas visam, sobretudo, a diminuição do recrutamento de jovens pelo tráfico, segundo o entendimento de que o problema da criminalidade juvenil, mais do que uma questão de punição, resolve-se com a oferta de oportunidades e, nesse ponto, dimensiona-se o papel das atividades de esporte, cultura e profissionalização. Entretanto, a eficácia de ações desse porte exige o envolvimento de toda a comunidade, de tal modo que, junto com a mobilização da juventude, a população-alvo também se mobiliza, buscando a resolução de seus problemas internos, os quais não se encontram exclusivamente na temática da ausência de segurança, mas se estendem à falta de outros serviços públicos essenciais.

A estratégia para conseguir a mobilização comunitária é a realização de cursos, como o de Formação de Lideranças e o de Cidadania e participação comunitária na resolução de problemas, oferecido ora pelo CRISP ora pela equipe técnica específica do programa. A realização de fóruns comunitários também é uma alternativa adotada. Nestes, a comunidade expõe os seus problemas, como os de saúde, educação e desemprego. A partir desse levantamento, a equipe técnica, a comunidade e os demais parceiros do programa buscam e implementam conjuntamente possíveis soluções para os problemas levantados. Dentre as soluções, estão o desenvolvimento de programas de assistência à saúde, de projetos de geração de renda e a oferta de cursos de qualificação profissional.

Outro campo de ações passa pela conscientização acerca dos efeitos negativos da violência e quais os determinantes desta na região onde o programa está sendo implantado. Essa conscientização materializa-se na disseminação de informações e na adoção de ações educativas. Para tanto, busca-se o melhor aproveitamento do espaço escolar, com a realização de palestras, distribuição de panfletos e construção de um vínculo de confiança entre os atores diretamente envolvidos no programa e os grupos de risco, mais precisamente os jovens já envolvidos ou na iminência de se envolverem com a criminalidade.

Aqui, merece destaque o trabalho de acompanhamento de adolescentes sob regime de liberdade assistida, pois, a partir desse acompanhamento, é possível estabelecer um canal de comunicação direto com os jovens que de fato estão na senda do crime, compreendendo as regras de um jogo nefasto de recrutamento e exploração pelas gangues do tráfico de drogas.

Nesse sentido, observa-se que a delinquência juvenil remete-nos ao seguinte questionamento: como se posicionam os adolescentes e jovens das comunidades caracterizadas pela elevada incidência criminal em face da marginalização e da ausência de expectativas quanto uma vida melhor?

7. Mobilização da Juventude: intervindo nos grupos de risco

A resposta ao questionamento parece residir no crescimento da delinquência juvenil. Para Carmen de Oliveira (2001), esta é a maneira pela qual o adolescente da periferia busca, comumente, a sua auto-afirmação, manifestando ainda o repúdio à indiferença e à invisibilidade social. Nesse processo, a educação, que seria competência da família, da escola e dos professores, é transferida para o ambiente da rua, onde não se aprende a construir, mas sim destruir pela via do roubo, do furto, do homicídio e do tráfico de drogas. Tal idéia é corroborada por Luis Eduardo Soares (2006) que assim elucida:

Quando o traficante lhe dá uma arma, o menino [da periferia] recebe muito mais do que um instrumento que lhe proporcionará vantagens materiais, ganhos econômicos e acesso ao consumo; ele recebe um passaporte para a sua própria existência social, porque, com a arma, será capaz de produzir ao menos um sentimento: o medo. Recorrendo à arma, portanto, restaura as condições mínimas para a edificação da auto-estima, do reconhecimento e da construção de uma identidade [...] Trata-se de uma dialética perversa, em que o menino se estrutura como sujeito, submetendo-se a um engajamento trágico com uma cadeia de relações e práticas que o condenarão, muito provavelmente, a um desfecho letal, cruel e precoce, antes dos 25 anos (SOARES, 2006, p. 43).

O trágico diagnóstico de Luis Eduardo Soares (2006) parece se confirmar pela constatação de que, entre os homicidas e vítimas de homicídio, é recorrente a presença de jovens de até 24 anos (BEATO, 2005). Esta complexa realidade reclama uma atenção especial por parte do Poder Público, a quem, no exercício de sua função preventiva, é exigida a implementação de programas que objetivem a redução dos índices de criminalidade entre os jovens e a conseqüente proteção da ordem social.

Sob as diretrizes do programa Fica Vivo, essa redução passa pela superação do alto grau de ociosidade entre a juventude, o que acaba por fomentar a atração que as gangues exercem sobre a mesma. Nesse sentido, cabe a seguinte consideração:

Impressiona, até mesmo os que se defenderam com a couraça da indiferença, a facilidade com que os comandantes arregimentam jovens em várias favelas [...] para as suas guerras particulares. A liberdade de movimento desses chefes é também um

acinte à inteligência dos moradores [...]. Porque é evidente a conexão desse inusitado crescimento da violência entre os jovens pobres e as profundas transformações nas formas de criminalidade que se organizaram em torno de vários tráficos, inclusive o das drogas ilegais, e de inúmeros contrabandos, principalmente o de armas [...] (ZALUAR, 2005, p.20).

Assim posto, nota-se que, diante da ausência de melhores expectativas de vida, bem como da ociosidade, os jovens acabam por se envolver no que está imediatamente acessível e disponível: o crime. A fim de se contrapor a essa realidade, o programa Fica Vivo oferece à juventude das áreas onde é implantado atividades de esporte, cultura e profissionalização, proporcionando-lhe referências construtivas que lhe possibilitam viver com dignidade (FERNANDES, 2005).

Nesse sentido, infere-se que o esforço do Fica Vivo nessa direção revela, em última instância, uma tentativa de viabilizar a aplicabilidade das medidas de proteção presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) que, em seu artigo 4º, assim preconiza

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

8. Gestão Coordenada

O eixo de gestão coordenada traduz um dos grandes avanços do Fica Vivo: a construção de um canal de comunicação entre comunidade, setores organizados da sociedade civil e Estado. Como se percebe, tal construção revela ser o Fica Vivo uma política pública organizada na gestão em redes, segundo o princípio da horizontalidade, o que requer para o seu bom êxito sincronia na comunicação e articulação entre os atores nele inseridos (UDE, 2002). Desse modo, a gestão coordenada visa, sobretudo, conferir força de decisão à comunidade, pois do contrário reduzem-se bastante as chances de sucesso do programa. Para maior compreensão do que seja a gestão em redes, observa-se que:

[...] Entende-se por rede a interconexão de agentes, serviços, entidades governamentais e não-governamentais, que se vinculam em torno de interesses comuns, seja na prestação de serviços ou na produção de bens, estabelecendo vínculos horizontais de interdependência e complementariedade entre si. Essas redes têm demonstrado importância na captação e aplicação de recursos públicos e privados, no fortalecimento institucional das organizações que as compõem, pela capacidade de promoverem trocas de experiência, na construção de pactos para a execução dos planos de ação para atendimentos aos usuários das políticas sociais.

Elas têm desempenhado importante papel político de transformação social pela capacidade de mobilização de ações coletivas dentro dos espaços públicos, pela representação de interesses da população, pela inovação de processos e metodologia de trabalho (CUNHA; CUNHA, 2002, p. 18).

Nesse quadro, Walter Ude (2002) acrescenta que, no sistema de co-gestão, “os grupos e as pessoas necessitam posicionar-se de uma maneira aberta e flexível, partindo do princípio que, num trabalho em rede, não existem propostas acabadas, prontas, únicas, perfeitas ou completas [...]” (UDE, 2002, p. 137). Essa idéia é corroborada pelo entendimento de que um dos requisitos para uma boa atuação em redes é a confiança recíproca dos atores envolvidos, a qual fortalece os laços de cooperação entre os mesmos. É preciso que cada um confie que os demais realizarão os compromissos que assumiram. Aplicando tal consideração no âmbito de atuação do Fica Vivo, Flávia Leite (2003) elucida:

Um benefício da interação entre representantes do governo e representantes da sociedade civil organizada e moradores da comunidade, nas regiões do programa, é criar uma presença pública sem precisar estabelecer uma estrutura burocrática. Além disso, à medida que o setor governamental cumprir os compromissos a que se propôs, estará fortalecendo a confiança dos cidadãos em relação a ele. Essa confiança [...] é a base do engajamento cívico, que gera efeitos positivos sobre a atuação das instituições públicas, e precisa existir para que haja colaboração entre moradores e membros do governo para a conquista de objetivos compartilhados (LEITE, 2003, p.127).

Assim, embora sob a supervisão da Superintendência de Prevenção à Criminalidade da Secretaria Estadual de Defesa Social, o Fica Vivo é coordenado democraticamente, através de um conjunto articulado de ações governamentais (iniciativas do eixo de ação estratégica, por exemplo), não-governamentais (ações de ONG's e parcerias com o Sebrae, o Sesi e o Senac e com empresas que favorecem a inclusão produtiva) e da própria comunidade. Com isso, ainda que parte dos recursos do programa saia dos cofres públicos, as atividades do Fica Vivo não conseguiriam se manter se não fosse o suporte comunitário e as parcerias firmadas com as entidades não governamentais. Nesse quadro, para garantir o bom andamento dos serviços oferecidos, é organizado um Núcleo de Referência em cada região contemplada. Esse Núcleo conta com o apoio de uma equipe técnica, composta, dentre outros, por profissionais da área do serviço social, da pedagogia e da psicologia.

9. Estudo de caso: implantação do programa no Grande Santos Reis/Montes Claros (MG)

No município de Montes Claros, Norte de Minas Gerais, o Fica Vivo! iniciou-se em janeiro de 2006, sob a supervisão do Núcleo de Prevenção à Criminalidade (NPC), uma parceria entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a Secretaria Municipal de Segurança e Direitos do Cidadão. O local de implantação selecionado foi a região do Grande Santos Reis, marcada por elevados índices de criminalidade violenta, sobretudo no que tange à ocorrência de homicídios.

Em conformidade com as propostas do Fica Vivo, nas quais se inclui o planejamento de estratégias através de estudos técnicos, uma equipe do CRISP realizou prévio diagnóstico relativo à violência e criminalidade na região do Grande Santos Reis. Em tal levantamento, foi constatado que a área em estudo não é a zona montesclarence mais violenta. Os bairros Major Prates e Maracanã também se destacam nesse sentido. Entretanto, no tocante aos objetivos propostos pelo Fica Vivo!, nota-se que o Grande Santos Reis apresenta um índice muito maior de homicídios e de tentativas de homicídio do que as demais áreas de Montes Claros. A isso, acrescenta-se a informação de que quase todos estes crimes estão diretamente vinculados ao tráfico de drogas (CRISP/UFMG, 2005).

10. Violência e Criminalidade no Grande Santos Reis

Diante do exposto, observa-se que dados da Polícia Militar (PM) montesclarence revelam que as estatísticas de criminalidade violenta na área do Grande Santos Reis apresentaram um contínuo acréscimo até o ano de 2002. Nos dois anos seguintes, os índices sofrem uma queda, em virtude da implantação do 3º Pelotão da PM dentro da região em estudo. Todavia, os indicadores retomam o crescimento em 2005, impulsionados pelas disputas entre duas gangues de traficantes. Ressalta-se, ainda, o elevado número de crimes contra o patrimônio registrado; fato que aponta para a inexistência de uma quadrilha criminosa organizada comandando a região, já que a presença desta consequentemente inibiria a prática do referido tipo de crime.

No que se refere aos homicídios, investigações policiais demonstram que a maior parte dos mesmos ocorre em função de dívidas de drogas e não por enfrentamento entre

facções rivais. Nesse ponto, abre-se uma ressalva para o ano de 2005, quando um grupo de criminosos vindo de São Paulo buscou o controle do tráfico na vila São Francisco de Assis, aglomerado que integra o Grande Santos Reis. O episódio, conhecido como “A guerra dos paulistas no Morro do Frade”, demonstrou o quanto a região é atrativa para qualquer facção criminosa que deseje organizar e comandar o comércio de drogas local. Apesar de “solucionado” o incidente, o Grande Santos Reis continua se destacando enquanto principal área de comércio varejista de entorpecentes. A ausência de uma facção criminosa coesa e organizada não minimiza o problema. Ao contrário, demonstra a necessidade de políticas de prevenção capazes de chamar a atenção dos jovens para uma outra perspectiva que não seja a da criminalidade violenta.

11. Mobilização local e oficinas para a juventude

As atividades do Fica Vivo começaram a ser implementadas no mês de janeiro de 2006, contando com o auxílio de um corpo técnico composto por dois assistentes sociais e um estagiário. Num primeiro momento, os agentes articularam um processo de mobilização social, levando o programa ao conhecimento da comunidade. Este processo ocorreu por meio de visitas domiciliares, reuniões com lideranças de bairros, presidentes de associações comunitárias, diretoras de escolas e centros de convívio. A equipe contou, ainda, com o amplo apoio do 3º Pelotão da Polícia Militar, cujo trabalho, sob a forma de policiamento comunitário, facilita e complementa a proposta de intervenção estratégica, na qual o programa Fica Vivo! busca fundamentação.

Essa mesma proposta de intervenção exigiu, por parte da equipe técnica, uma etapa de reconhecimento dos fatores de risco locais, bem como o desenvolvimento de alternativas que pudessem ao menos minimizar tais fatores. Nesse campo, insere-se o papel destruidor do tráfico de drogas, cujo intenso recrutamento de jovens chama a atenção para a área específica do Grande Santos Reis. A fim de se opor à ação perversa do tráfico, tornou-se essencial a identificação dos aspectos que compõem o imaginário jovem local, para que, uma vez sincronizadas com estes elementos, as atividades oferecidas pelo Fica Vivo viessem a atrair o maior número possível de jovens. Nesse sentido, Luis Eduardo Soares (2003) tece o seguinte comentário:

O grande desafio está em combinar geração de emprego e renda com a sensibilidade para o imaginário jovem, para suas linguagens culturais específicas [...] Os jovens pobres desejam o mesmo que os filhos da classe média e das elites: internet, tecnologia de ponta, arte, música, cinema, teatro, tv, mídia, cultura, esporte. Desejam espaços para expressão de sua potencialidade crítica e criativa; espaços e oportunidades para a sua afirmação pessoal; chances para alcançar reconhecimento e valorização, escapando ao manto aniquilador da invisibilidade social discriminatória. Assim, as novas políticas públicas, voltadas para a disputa com o tráfico e para a sedução da juventude, teriam que instituir-se em sintonia com os desejos e as fantasias que circulam nas linguagens culturais da juventude, combinando políticas de emprego e de renda, capacitação e complementação educacional, com interesse pelos temas cujos eixos são arte, música, cultura e mídia (SOARES, 2003, pp. 27-30).

Atualmente, o programa Fica Vivo oferece 21 atividades, sob a forma de oficinas, cujos trabalhos versam sobre inclusão produtiva, esporte, dança, música e arte. São contemplados aproximadamente 550 jovens, com idade entre 12 e 24 anos. Entre estas atividades, destacam-se aquelas pertinentes ao movimento hip-hop que, em todo o Brasil, vem se afirmando como manifestação cultural peculiar às áreas de periferia. Os responsáveis pelas oficinas são moradores da própria comunidade que, além do respaldo profissional da equipe técnica do programa, contam com o incentivo financeiro do governo do Estado de Minas. Alguns há muito contribuem através de trabalhos sociais desenvolvidos antes mesmo da implantação do Fica Vivo.

Os espaços públicos onde as atividades são realizadas foram cedidos pela comunidade, situando-se nos diversos bairros que compõem a região do Grande Santos Reis. O desenvolvimento de oficinas de inclusão produtiva, como a de informática, eletricitista, calçados, culinária e arte em couro, tem motivado muitas empresas a estabelecer parcerias com o programa, inclusive firmando relações de emprego com os seus participantes.

O trabalho doicineiro vai muito além da simples orientação das atividades, ele possui a responsabilidade de edificar uma relação de amizade com os seus alunos, conscientizando os mesmos para as situações que os colocam em risco, como as drogas e a criminalidade. Assim, ao diagnosticar o envolvimento de algum jovem com um desses problemas, oicineiro o encaminha à equipe técnica que, por sua vez, busca uma solução junto ao mesmo, seja através de uma conversa e acompanhamento, seja direcionando-o a grupos ou instituições de tratamento. Nessa questão, há inclusive participantes do programa ligados diretamente ao tráfico, que se encontram jurados de morte e na prostituição infantil.

12. Considerações Finais

Através das considerações construídas pelo presente trabalho, observa-se que a efetividade do programa Fica Vivo requer do poder estatal uma nova postura frente aos mecanismos e instrumentos empregados no combate à violência e conseqüente obtenção da segurança pública. Tal mudança passa pela valorização das estratégias de prevenção, pois, diante da complexidade do fenômeno criminal, faz-se necessário identificar e descaracterizar as engrenagens de tal evento. As atividades desenvolvidas pelo Fica Vivo ilustram, pois, esta nova mentalidade, já que, sincronizadas com o imaginário jovem, fornecem ao jovem da periferia um quadro de oportunidades, afastando-o do ambiente das ruas e dos atrativos da criminalidade.

Infere-se, nesse sentido, que a implantação eficaz de uma política pública de prevenção reclama um prévio estudo técnico que venha instrumentalizar as estratégias a serem empregadas. Justifica-se, assim, a parceria entre o CRISP e o governo do Estado de Minas gerais. Tal iniciativa revela o grau de comprometimento do Fica Vivo, cuja implantação não se faz de forma aleatória, mas fundamentada em estudos que demonstram as deficiências e demandas sociais específicas de cada comunidade.

Desse modo, os resultados objetivados pelo programa não se materializam pelo trabalho isolado do governo de Minas. Ao contrário, eles nascem do esforço coletivo da comunidade que, juntamente com o poder estatal e com as entidades não governamentais envolvidas, aponta e soluciona os seus próprios problemas internos. Trata-se, portanto, de novos processos e renovadas formas de relação com a comunidade, através das quais o Estado moderniza os seus mecanismos e instrumentos de controle e manutenção da ordem social, aperfeiçoando-se no cumprimento de uma de suas funções elementares – a garantia social à segurança pública.

Diante do exposto, nota-se que a implantação de um Núcleo de Referência do Fica Vivo em Montes Claros (MG) não demonstra que a cidade está em caos, mas sim possibilita o acompanhamento e o monitoramento do seu crescimento, impedindo, preventivamente, situações que possam causar aumento da violência. No caso específico do Grande Santos Reis, a proposta do programa configura-se em duas vias: num primeiro momento, identificar e eliminar os fatores desencadeadores dos crimes violentos; posteriormente, impedir novas ocorrências destes fatores, afastando, de modo permanente, a população adolescente e jovem

dos efeitos da violência e da criminalidade. Com isso, infere-se que o fato de o Fica Vivo ser um programa de controle de homicídios em nada restringe sua atuação, mas sim dimensiona seu potencial de contenção do fenômeno criminal.

13. Referências

BEATO, C. C. **Estudo de caso “Fica Vivo”**: projeto controle de homicídios em Belo Horizonte. 2005. Disponível em: <www.workbank.org/old/ecd/2004>. Acesso em: 24 ago 2007.

_____. **Políticas Públicas de Segurança**: Equidade, Eficiência e Accountability. 2006. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/polpub.htm>>. Acesso em: 24 ago 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CRISP/UFMG. Programa Controle de Homicídios Fica Vivo. Plano de Trabalho, 2003.

_____. Diagnóstico Qualitativo das Condições Sócio-Econômicas e Padrões de Criminalidade no Município de Santa Luzia / MG. Relatório de Pesquisa, 2003.

_____. Diagnóstico qualitativo das condições sócio-econômicas e da criminalidade na região do Grande Santos Reis/ Montes Claros (MG). Relatório de Pesquisa, 2005.

CUNHA, E. P., CUNHA, E. S. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W (Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG; Proex, 2002.

FERNANDES, S. M. M. **Análise do programa Fica Vivo sob a perspectiva do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. Montes Claros, 2005 (mimeo).

LEITE, F. L. **O Programa Fica Vivo!** Uma análise sob a perspectiva do capital social. Belo Horizonte, 2003, (mimeo).

LIMA, G. R. **A manutenção da ordem em face da criminalidade e da falibilidade do sistema penal**. Montes Claros, 2003, (mimeo).

OLIVEIRA, C. S. **Sobrevivendo no inferno**: a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001.

SILVEIRA, A.; SILVA, B.; BEATO, C. Prevenção de crimes urbanos: o programa Fica Vivo. In: LIMA, R. S., PAULA, L. (Orgs.). **Segurança pública e violência**: o Estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, L. E. Novas Políticas de Segurança Pública. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 17, n. 47, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392004000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=p>. Acesso em: 11 out 2006.

UDE, W. Redes sociais: possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. In: CARVALHO, A., et al. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG; Proex, 2002.

ZALUAR, A. Dilemas da segurança pública no Brasil. **Cadernos Adenauer**: desarmamento, segurança pública e cultura da paz, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2005.

* Submissão: 10/01/2011

Aceite: 25/03/2011